

EMENDA Nº - CMMPV 1.163/2023

Suprima-se o art. 7º da Medida Provisória nº 1.163, de 28 de fevereiro de 2023.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda busca suprimir o Art. 7º da Medida Provisória 1.163/2023, que cria o imposto de exportação incidente sobre as exportações de óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, classificados no código 2709 da NCM.

A decisão de taxar a exportação de petróleo visa compensar uma perda de arrecadação pelo governo federal, uma vez que, a reoneração de gasolina e etanol não será total no mesmo período de quatro meses; a volta da totalidade do PIS/Cofins para os combustíveis deve ocorrer a partir de julho.

Trata-se de uma medida equivocada, que gera incerteza no mercado pois altera as regras do jogo durante a partida, sinalizando para uma interferência do governo federal no mercado de combustíveis, podendo afastar investidores por falta de estabilidade das regras gerando enorme insegurança jurídica no mercado.

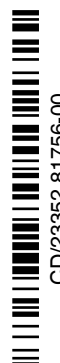
De acordo com o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), as exportações de petróleo são o terceiro item mais importante da balança comercial brasileira, sendo responsável por um superávit de R\$ 65 bilhões nos últimos quatro anos. A indústria de óleo e gás e a sua extensa cadeia produtiva têm importância estratégica para o país, por representar cerca de 15% do PIB industrial.

Com a medida proposta, o governo Lula retomou, assim, o debate sobre o aumento da carga tributária sobre as petroleiras, num momento em que as companhias do setor registram lucros recordes.

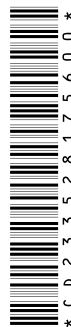
Instituir um imposto de exportação terá efeitos nocivos sobre a eficiência econômica e o desempenho da balança comercial, afetando a competitividade das petroleiras que exportam. Também impactará a credibilidade do Brasil nos mercados internacionais, já que o governo sinaliza que as regras sobre exportação não são sólidas e podem ser modificadas sempre que houver um problema de arrecadação.

Com a medida proposta, os produtos ficam mais caros e perdem espaço para outros países que não adotam essa tributação, o que leva a uma redução nas exportações, na produção e no emprego do setor afetado.

Além disso, no que diz respeito à juridicidade da proposição, cumpre salientar que o Imposto sobre Exportação tem natureza extrafiscal. Ou seja, seu objetivo primordial não é arrecadatório, mas, sim, intervir na economia com vistas a ajustar a política cambial ou de comércio exterior, como determina o art. 26 do Código



CD/23352.81756-00



* C D 2 3 3 5 2 8 1 7 5 6 0 0 *



Tributário Nacional (CTN). A legislação tributária, inclusive, prevê tratamento específico aos recursos arrecadados com o Imposto sobre Exportação.

Ainda segundo o CTN, no art. 28, a receita líquida do imposto destina-se à formação de reservas monetárias, na forma da lei. In casu, o Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977, que, no art. 9º, estabelece: O produto da arrecadação do imposto de exportação constituirá reserva monetária, a crédito do Banco Central do Brasil, a qual só poderá ser aplicada na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Assim, trata-se de mais uma medida equivocada desse governo configurada numa aberração jurídica.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres parlamentares e do relator da matéria, no sentido de acatar a emenda aqui proposta.

Sala das Sessões, 03 de maio de 2023.

Deputado KIM KATAGUIRI

UNIÃO/SP

